

Defensoria Pública de Minas empossa mais três defensoras públicas aprovadas no VIII Concurso

Em sessão solene realizada na sexta-feira (10/12), o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) deu posse a mais três defensoras públicas aprovadas no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição. São elas: Nycole Lins Gonzaga, Mônia Aparecida de Araújo Paiva e Juliana Sobral Chicrala (representada por procuração por Raphael Ataíde Azevedo Sanchez).

Esta é a quinta turma empossada de aprovadas e aprovados no certame.

Presidida pelo defensor público-geral de Minas Gerais e presidente do Conselho Superior, Gério Patrocínio Soares, a solenidade foi restrita, em função da pandemia de Covid-19, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da DPMG no YouTube (youtube.com/c/defensoriamineira).

[LEIA + PÁGINA 2](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Novas defensoras públicas empossadas, membras e membros do Conselho Superior e o presidente da associação de classe

PARCERIAS

DPMG assina termo de adesão ao programa de incentivo à aprendizagem profissional para jovens e adolescentes em condição de vulnerabilidade

[PÁGINA 2](#)

Defensoria firma cooperação interinstitucional de proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência

[PÁGINA 2](#)

Termo de cooperação na área da saúde agiliza fornecimento de medicamentos com alto índice de judicialização

[PÁGINA 3](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

> Institucional

[PÁGINAS 2 a 5](#)

> Mundo oficial

[PÁGINA 8](#)

> Ações em destaque

[PÁGINAS 6 e 7](#)

> Procedimentos e comunicados internos

[PÁGINA 9](#)

INSTITUCIONAL • CONTINUAÇÃO DA CAPA

Defensoria de Minas empossa mais três defensoras públicas aprovadas no VIII Concurso

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Em seu pronunciamento, o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares afirmou que as novas defensoras e defensores públicos que passam a integrar a Defensoria Pública mineira representam o espírito de renovação e mudança. "Somos agentes de transformação social e responsáveis perante os destinatários dos serviços da Defensoria"

Participaram da sessão presencialmente os membros e membras do Conselho: Gério Soares, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, Galeno Siqueira, Andréa Abritta Garzon, Felipe Augusto Cardoso Soledade, Camila Machado Umpierre, Gilmar Andrade dos Santos Maciel e o presidente da ADEP-MG, Fernando Martelleto. A conselheira Liliana Soares Martins Fonseca e o conselheiro Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos participaram de forma remota.

Falando em nome dos demais conselheiros, a conselheira Liliana Soares Martins Fonseca destacou as aprovadas e aprovados no VIII Concurso como "pessoas

diferenciadas que, além do conhecimento teórico, têm conhecimento humanista voltado para os direitos humanos; tão importante para a nossa Instituição".

Já o diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), defensor público Fernando Martelleto, pontuou sobre a posse ocorrer no dia da celebração internacional dos Direitos Humanos, afirmando que a Defensoria Pública é a expressão da consagração e defesa desses valores.

Curso de Formação – Antes de começarem a atuar, as novas defensoras públicas participarão, a partir do dia 13 de dezembro, do Curso Oficial de Preparação à Carreira, ministrado pela Defensoria Pública, por meio de sua Escola Superior (Esdep MG), cujo objetivo é capacitar e dar mais qualidade aos serviços prestados à população.

[Leia na íntegra](#)



Durante sessão solene do Conselho Superior no auditório da DPMG, as novas defensoras públicas empossadas Mônia Paiva e Nycole Gonzaga dividiram o papel de oradoras

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública de Minas firma cooperação para proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de assinatura do termo de cooperação interinstitucional, cujo objetivo é fomentar a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.431/2017 no Estado de Minas Gerais. O corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira, também participou da assinatura.

O documento foi assinado em cerimônia realizada na

sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em Belo Horizonte, na segunda-feira (6/12).

O termo estabelece estratégias e ações integradas, visando à implantação da escuta especializada e do depoimento especial de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, em todas as comarcas de Minas Gerais.

[Leia na íntegra](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



A Defensoria Pública de Minas é uma das instituições signatárias do termo, juntamente com outras do estado: Tribunal de Justiça; Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – Seção MG; três secretarias de Estado: de Justiça e Segurança Pública, de Desenvolvimento Social e de Educação; Polícia Militar e Polícia Civil.

DPMG assina termo de adesão ao programa de incentivo à aprendizagem profissional para jovens e adolescentes em condição de vulnerabilidade

A Defensoria Pública de Minas Gerais passou a integrar oficialmente o Programa *Descubra* de Incentivo à Aprendizagem Profissional. O termo de adesão foi assinado na segunda-feira (6/12) pelo defensor público-geral Gério Patrocínio Soares e pela presidente do Comitê Gestor Interinstitucional do Programa *Descubra*, Christiane Azevedo Barros, auditora-fiscal do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais.

O *Descubra* é destinado principalmente àquelas e àqueles em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas ou resgatados de situação de trabalho in-

fantil, em programas de aprendizagem e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, em todo o estado de Minas Gerais. Lançado em agosto deste ano, o programa é o resultado da união de esforços de órgãos federais, estaduais e municipais para promover o acesso de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade.

A cerimônia de assinatura do termo de adesão foi realizada na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais.

[Leia na íntegra para conhecer a atuação da Defensoria Pública e os signatários do *Descubra*](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna / DPMG



Participaram da cerimônia as defensoras públicas Emília Castilho, Michelle Mascarenhas, o DPG Gério Soares, a auditora fiscal do Trabalho Christiane Azevedo Barros, o promotor de Justiça Marcio Rogério de Oliveira e o defensor público Alexandre Barbosa (coordenador da Defensoria dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional)

INSTITUCIONAL

Termo de cooperação firmado pela DPMG, Secretaria de Saúde e Advocacia-Geral agiliza fornecimento de medicamentos com alto índice de judicialização

A Defensoria Pública de Minas Gerais firmou termo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Advocacia Geral do Estado (AGE) para o fornecimento administrativo de medicamentos que não estão na Farmácia de Minas e possuem altos índices de judicialização. A princípio, serão oferecidos os medicamentos Ranibizumabe e Aflibercept, ambos indicados para o tratamento da perda de visão em função da idade ou de determinadas condições de saúde.

O objetivo é ampliar a cooperação para outros medicamentos que ainda não são oferecidos pelo Estado, mas que são objetos de grande procura e consequente judicialização para fornecimento.

O TCT foi assinado pelo defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, pelo secretário estadual de Saúde, Fábio Bacheretti Vitor, e pelo advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, em cerimônia na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais, na quinta-feira (9/12).

Pelo Termo de Cooperação Técnica, a Secretaria Esta-

dual de Saúde vai fornecer os medicamentos com alto índice de judicialização até que a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) defina a competência de qual unidade federativa deve financiá-lo. Após o início do fornecimento pela Farmácia do Estado, a AGE vai solicitar a suspensão dos processos judiciais relacionados aos medicamentos em questão que estejam em curso.

Participaram também da solenidade de assinatura a chefe de Gabinete da DPMG, coordenador da Defensoria Especializada em Saúde Pública, Bruno Barcala Reis; o defensor público em atuação na especializada da Saúde, Rodrigo Audebert Delage; a defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a advogada-geral adjunta do Contencioso, Margarida Maria Pedersoli; a procuradora do Estado, Cristiane Elian; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e a coordenadora da Defensoria Pública do Juizado Especial da Fazenda Pública, Isabella Marques Pastore.

[Leia na íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna / DPMG

**Defensoria Pública de Minas e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública fazem mutirão de atendimento jurídico no presídio de Sete Lagoas**

O Presídio Promotor José Costa, de Sete Lagoas, está recebendo um mutirão de atendimento jurídico promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). A força-tarefa acontece a partir do dia 13 e vai até 17 de dezembro, das 9 às 16 horas. A cada dia do mutirão cinco defensoras e defensores públicos e quatro analistas técnicos judiciários da Sejusp estarão na unidade atendendo toda a população carcerária do presídio, tanto os presos provisórios quanto os que já estão em execução de pena.

A intenção é atender toda a população carcerária do

presídio, verificando individualmente a situação jurídica de cada um dos privados de liberdade. A realização do mutirão visando garantir e promover os direitos fundamentais na área prisional. A realização do mutirão possibilita a análise da situação processual das pessoas que cumprem pena, de forma ágil, sanando irregularidades e garantindo o cumprimento da Lei de Execuções Penais, antes do recesso forense, para resguardar os direitos fundamentais dos presos.

Como o processo de execução penal é eletrônico, a análise processual realizada pelas defensoras e defensores públicos será individual e em tempo real.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas reverte no STF condenação de homem por porte de tesoura

O Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) em favor de D. F. S., condenado por ter sido surpreendido portando uma tesoura ao caminhar na região Central de Belo Horizonte, por volta das 8h30 da manhã.

Em seus argumentos, a Defensoria Pública alegou a ilegalidade do processo, uma vez que o rapaz foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 19 da Lei de Contravenções Penais: ‘Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade’. Ocorre que D. F. S. trazia consigo uma tesoura, sem licença da autoridade competente. “Ora, como exigir-se uma licença, se inexistente qualquer tipo de licença emitida por autoridade competente, conforme preceitua o dispositivo legal, mormente por se tratar de uma tesoura?!”, alegou a DPMG. Não há regulamentação de licença para o porte de armas brancas. Conforme alegou a Defensoria, “resta claro que se trata de norma penal em branco, a exigir complemento por meio de outro tipo de normativo legal”.

Em sua decisão, o ministro relator Ricardo Lewan-

dowski afirmou que no tocante às armas brancas, “somente as armas conceituadas como próprias, as que têm destinação específica de ataque ou defesa, como punhal, cassetete, ‘peixeira’, machadinha, navalha, faca etc., configuram a contravenção”. Lewandowski observou que “sem esta exigência de licença administrativa, a conduta deixa de ser punível penalmente”. O ministro acolheu o pedido da Defensoria mineira, determinando que seja reconhecida a atipicidade da conduta e a manutenção da rejeição da denúncia já decidida pelo Juízo de 1ª instância.

O caso foi levado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo defensor público Antonio Carlos Moni de Oliveira, que interpôs recurso ordinário em *habeas corpus*. O agravo interposto pelo Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores não foi provido pelo STJ. O Núcleo então recorreu ao STF, onde obteve êxito em sede de liminar.

[Leia na íntegra e saiba + sobre a atuação da DPMG perante os Tribunais Superiores](#)

Audiência pública realizada pela DPMG levanta questões envolvendo direitos de pessoas privadas de liberdade em Francisco Sá

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Francisco Sá realizou, no dia 30 de novembro, audiência pública para identificar e debater os direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá I. Estiveram em pauta principalmente temas relacionados aos direitos fundamentais à saúde, estudo, trabalho e de cumprimento de pena em local próximo à família.



O encontro aconteceu de forma virtual e foi conduzido pelo defensor público João Victor Muruci.

O encontro contou com a participação da promotora de Justiça Joana Darc Oliveira Alves; da deputada estadual e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Leninha Souza; do diretor da 11ª Região Integrada de Segurança Pública, Antônio Costa Neto; e da diretora de Atendimento e Ressocialização da Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá I, Laurentina Soares.

Durante a audiência, estiveram presentes também pessoas inscritas individualmente para participação e representantes de organizações da sociedade civil. Dentre elas, a Associação El Shaday; a Plataforma Descarcerara; o Culthis; a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e a Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[Leia na íntegra e acesse também link do vídeo e da ata da audiência](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensora pública participa de debate na ALMG sobre área do Parque Estadual Alto Cariri

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou na terça-feira (7/12) de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para



debater a proposta de alteração no Parque Alto Cariri.

Na reunião, promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi debatida a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri nos municípios de Salto da Divisa e Santa Maria do Salto (Jequitinhonha). A mudança consta no Projeto de Lei (PL) 1.480/15.

Em sua fala durante a audiência, a defensora pública ressaltou a realidade dos moradores do parque, que foram obrigados a sair da comunidade tradicional do Pia-banha por meio de uma ação judicial possessória. Ana Cláudia reforçou a preocupação da Defensoria Pública de Minas Gerais com o caso em questão desde 2015, quando as ameaças de retirada das famílias dos locais já se faziam presentes.

[Leia na íntegra](#)

Defensora pública integra evento de sensibilização sobre a defesa e proteção às mulheres em Uberlândia

A defensora pública Bárbara Silveira Machado Bissochi, em atuação em Uberlândia, juntamente com representantes da Rede de Enfrentamento à Violência Conjugal e Contra as Mulheres, participou de uma ação de sensibilização no Terminal Central de Uberlândia promovida na quinta-feira (9/12).

A iniciativa, que integrou o movimento “16 Dias de

Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, teve como objetivo explicar como funcionam e quais serviços oferecem as diferentes instituições que compõem essa rede e que atuam no atendimento a mulheres e meninas do município e região.

Além da Defensoria Pública de Minas Gerais, o evento contou com a participação de representantes da Procuradoria Especial da Mulher, da Comissão dos Direitos das Mulheres da Câmara Municipal, do Programa de Mediação de Conflitos do Estado de Minas Gerais, da vereadora Cláudia Guerra e de outras comissões de Direito e Proteção às Mulheres.

A defensora pública Bárbara Bissochi (na foto abaixo, à direita) atua na área de Família e na Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica, na Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberlândia. É membra da Comissão da Mulher da Anadep, do Grupo de Trabalho para Elaboração de Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência da DPMG e do Conselho Municipal do Direito das Mulheres (CMDM).



MUNDO OFICIAL

DPMG participa de celebração do Dia Internacional contra a Corrupção

O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares participou na segunda-feira (6/12) da celebração do Dia Internacional contra Corrupção. A solenidade, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) em parceria com a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (ARCCO – Minas Gerais), abriu

o encontro que debateu temas relacionados à prevenção e combate à corrupção. Celebrada em mais de cem países, a data oficial de 9 de dezembro marca a promulgação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, assinada em 2003, com o objetivo de discutir medidas de prevenção e punitivas contra o crime.



O evento contou também com a presença do governador Romeu Zema. Compuseram ainda a mesa de honra a procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Elke Andrade Soares de Moura; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Jarbas Soares Junior; o procurador-chefe da União no Estado de Minas Gerais, Bráulio Lisboa Lopes; e a coordenadora executiva da ARCCO- Minas Gerais, Simone Reis de Oliveira.

Defensor público faz visita institucional à Prefeitura de Tapira



Da esquerda para a direita: o procurador-geral do Município, Hygor Tikles de Faria; a prefeita Maura Assunção de Melo Pontes; o defensor público Jessé Moraes; o secretário municipal Lavater Pontes Júnior; e o estagiário da DPMG Gabriel Alves de Oliveira

O defensor público Jessé Luís Gaiotto de Moraes, em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em Araxá, realizou na quinta-feira (9/12) uma visita institucional à Prefeitura de Tapira. A visita aconteceu com o intuito de conhecer a realidade dos municípios que são atendidos pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e que fazem parte da comarca de Araxá, entre eles o de Tapira. Para o defensor público, a dificuldade de assistidas e assistidos se deslocarem até a sede da comarca, onde a Instituição atende (Araxá), e a falta de costume às novas tecnologias disponíveis para atendimento são desafios que fazem parte da realidade do município e devem se tornar prioridade para o trabalho da Defensoria Pública local.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br